

Presidente e Vice-presidente do Sindsep visitam servidores da Funasa

Na manhã de hoje, 11, o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Lima Martins, e o vice-presidente da entidade, Raimundo Pereira de Souza, estiveram visitando os servidores da Funasa, órgão que teve um capítulo muito importante na sua história em 2023.

Durante a reunião o Presidente e o Vice-presidente estiveram debatendo com a categoria pautas referentes ao universo dos servidores públicos federais, como questões administrativas, sociais e jurídicas.

Esse momento de estreitamento de laços entre a entidade e a base, tem como finalidade precípua, o fortalecimento do Sindsep/MA com relação às demandas que o sindicato irá levantar nas reuniões da Direção da Condef, e também do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE).

O Sindsep/MA possui representantes na Direção Nacional da Condef e também em departamentos ligados à Confederação, e será nesses fóruns de debates que temas relacionados à categoria nortearam as pautas de discussões.

“É importante que estejamos sempre em visitas nos órgãos. O Sindsep nasceu da luta dos trabalhadores, e por isso, deve estar onde o trabalhador se encontra. Iremos visitar outros órgãos para que possamos conversar com os servidores e ter um diagnóstico sobre a realidade da categoria, para que assim, possamos apresentar pontos sólidos de discussões dentro da Condef e dos departamentos”, comentou João Carlos Lima Martins.

Campanha da Justiça Federal alerta para golpes no saque de precatórios



A Justiça Federal lançou nesta semana uma campanha de prevenção a golpes relacionados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), após o governo federal quitar cerca de R\$ 94 bilhões em dívidas judiciais.

Precatórios são dívidas do poder público reconhecidas em definitivo pela Justiça, sem que haja mais possibilidade de recursos.

No fim do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o governo a abrir crédito extraordinário, por fora do orçamento da União, para pagar precatórios atrasados desde 2021.

Os pagamentos são operados pelos seis tribunais regionais federais do país, que começaram a transferir os valores já neste mês. Entre os valores pagos, estão R\$ 27,7 bilhões em causas ganhas por aposentados e outros beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Com a divulgação sobre a liberação dos valores para milhões de pessoas, aumenta a atividade de aproveitadores, que buscam enganar os beneficiários, razão pela qual o Conselho da Justiça Federal (CJF) lançou uma cartilha para esclarecer como funcionam os pagamentos.

O material alerta que não há nada a se fazer para apressar o pagamento de um precatório e que quem tem valores a receber deve evitar o contato de terceiros sobre o assunto. O ideal é sempre procurar o advogado da causa em busca de qualquer esclarecimento.

Outro alerta é que não é necessário nenhum pagamento prévio para receber um precatório. Caso receba pedidos de adiantamento de quantias, o beneficiário deve novamente procurar orientação do advogado.

A cartilha orienta que a única maneira de saber se um precatório já foi liberado é consultando o andamento do processo que gerou o pagamento. Para isso, é pre-

ciso ter informações como o número processual, número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou nome completo da pessoa que faz parte da ação. Os tribunais federais disponibilizam meios eletrônicos para a consulta.

Nenhum valor é depositado em conta pessoal. Primeiro, as quantias a receber são transferidas para uma conta judicial aberta na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil. Em seguida, o beneficiário pode comparecer à agência bancária para realizar o saque, munido dos documentos pessoais.

Caso descubra que um precatório já foi sacado sem autorização, o beneficiário deve procurar a agência bancária para saber o que ocorreu e acionar seu advogado para que tome providências.

A cartilha completa sobre o pagamento de precatórios, elaborada pela Justiça Federal, está disponível no [site do CJF](#).

Bancada sindical se reúne sexta, 12, e debate orientações para assembleias de servidores

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, comentou os próximos passos da Campanha Salarial 2024 dos servidores federais que entra num momento importante. No dia 21 de dezembro, o governo formalizou uma proposta que incluiu resposta à pauta econômica dos servidores federais apresentada em julho do ano passado.

A resposta não contemplou as reivindicações mais urgentes do funcionalismo, a maioria com congelamento salarial de quase uma década e perdas que superam 30%. Em parte, o governo sinalizou avanços na recomposição de benefícios, mas a remuneração que mais dói no bolso da categoria ficou em segundo plano, apenas com perspectiva de ser encaminhada em 2025 e 2026.

Até o dia 20, entidades filiadas à Condsef/Fenadsef, que representa a maioria dos servidores do Executivo Federal, realizam assembleias em todo o Brasil para decidir a resposta que será dada ao governo sobre a proposta apresentada.

Nessa sexta-feira, 12, as entidades que compõem a bancada sindical na mesa de negociação, incluindo centrais sindicais, entre elas a CUT, e os fóruns, Fonacate e o Fonasefe, do qual a Condsef/Fenadsef faz parte, vão se reunir. Um dos objetivos é debater orientações que serão encaminhadas às assembleias para que a categoria possa embasar suas análises.

Para as entidades é inaceitável que o governo não apresente uma proposta já para este ano.

"Nós temos urgência. Queremos que nossa remuneração seja atendida agora, para já, em 2024", pontua Sérgio Ronaldo. O secretário-geral da Confederação pontuou ainda a importância da participação dos servidores nas assembleias. "Participe. Quem decide é quem participa", reforçou.

No dia 22 a Confederação realiza uma nova reunião com suas filiadas e uma Plenária Nacional virtual no dia 23 que dará os devidos encaminhamentos das decisões das assembleias. Continue acompanhando nosso site e redes sociais. Seguiremos divulgando as notícias dessa agenda de atividades em torno da resposta dos servidores federais à proposta do governo.

Fonte: Condsef

Aposentados e estudantes do Prouni poderão viajar com passagens aéreas a R\$ 200

O Voa Brasil deverá começar a funcionar em fevereiro deste ano. O programa do governo federal, prevê a compra de passagens aéreas a um custo máximo de R\$ 200. A princípio serão beneficiados os estudantes do Programa Universidades para Todos (Prouni) e os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que recebem até dois salários mínimos, que hoje equivalem a R\$ 2.824.

O Voa Brasil

Os pensionistas do INSS não entrarão no programa neste primeiro momento. A previsão é que o Voa Brasil, inicialmente, atenda 2,5 milhões de pessoas, mas o total pode chegar a 20,6 milhões. Pelas regras já divulgadas, é preciso que a pessoa não tenha viajado de avião nos últimos 12 meses anteriores à compra pelo Voa Brasil.

Quando o programa foi anunciado no ano passado, pelo então ministro de Portos e Ae-

roportos Márcio França, a previsão era a de que os voos deveriam ser disponibilizados durante a baixa temporada em dois períodos: de fevereiro a junho e de agosto a novembro, quando tradicionalmente ocorre uma ociosidade média de 21% nos voos domésticos. Os bilhetes poderiam ser pagos em até 12 vezes. Neste caso serão cobrados juros e cada prestação será de até R\$ 72.

Fonte: CUT / Com informações do Valor Econômico